



**Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Viana
Estado do Espírito Santo**

COMUNICAÇÃO INTERNA Nº. 145/2025

Origem: Diretoria Administrativo e Financeiro

Assunto: Minuta de Projeto de Lei – alteração do percentual Taxa de Administração

Ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente do IPREVI,

Trata o presente de projeto de lei visando a alteração artigo 87 da Lei nº 1.595/2001 que dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Municipal.

A presente proposta foi objeto de análise pelo Conselho Deliberativo deste Instituto de Previdência que constatou a necessidade de adequação da legislação.

Justifico a propositura esclarecendo que a modificação do texto da Lei nº 1.595/2021, tem como objetivo adequar o percentual da Taxa de Administração destinada ao RPPS do Município de Viana, de que trata o artigo 87, §1º da referida Lei, às necessidades financeiras da gestão e da estruturação do IPREVI, obedecendo-se o limite disposto no art. 84, II, “c” da Portaria MPT 1.467/2022 e ao disposto no art. 6º, VIII, da Lei Federal nº 9.717/1998.

A Taxa de Administração é destinada, exclusivamente, ao custeio das despesas administrativas decorrentes da gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) do Município, com observância das normas específicas da Secretaria Especial de Previdência Social e Trabalho e Ministério da Economia.

A definição dos limites da Taxa de Administração através dos atos normativos editados pela Secretaria Especial de Previdência Social e Trabalho, do Ministério da Economia, decorre do disposto no art. 6º, VIII, da Lei Federal nº 9.717/1998, devendo ser observada pelos Regimes Próprios de Previdência Social.





A menor arrecadação impacta diretamente na falta de recursos para capacitação de servidores, na aquisição de equipamentos necessários para o desenvolvimento das atividades diárias do Instituto, na impossibilidade das contratações necessárias para adesão de programas de certificação institucional e modernização, como o Pró-Gestão, que visa a implantação das boas práticas de gestão inseridas nas ações que compõem os três pilares do



**Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Viana
Estado do Espírito Santo**

Programa: Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária, dentre outros.

Assim, motivado pela necessidade de se proporcionar uma melhor gestão e estruturação do RPPS de Viana, é que se objetiva a alteração do percentual da taxa de administração para 2,3% (dois virgula três por cento), aplicados sobre o somatório das remunerações brutas dos servidores, aposentados e pensionistas vinculados ao RPPS, apurado no exercício financeiro anterior, percentual esse permitido por lei, conforme art. 84, II, "c" da Portaria MPT 1.467/2022.

Nesse sentido, justificada a propositura, e esperando a aprovação dessa Egrégia Casa de Leis, renovo a Vossa Excelência e aos Nobres Vereadores os meus protestos de consideração e respeito.

Quanto ao impacto econômico financeiro segue previsão em tabela em anexo, sendo que para coletarmos o valor exato, é necessário o findar de todo o presente exercício para apurar o valor a ser gasto no próximo exercício. De qualquer forma, fizemos uma previsão utilizando as folhas de pagamento do último exercício.

Atenciosamente,

Bárbara Cavati de Moraes

Diretora Administrativo e Financeiro



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://viana.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 31003600300035003100320036003A005000

Assinado eletronicamente por **BÁRBARA CAVATI DE MORAIS** em 02/10/2025 17:00

Checksum: **84B2E253DAAE145B3F30EFEEA85A095DD29636330A0F2289D231C5F6B6DBE06C**



Autenticar documento em <https://viana.prefeiturasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 31003600300035003100320036003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.